

A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS DE MAQUIAVEL E HOBBS NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

André Luiz Oliveira Guimarães Pitaluga

Instituição vinculada Universidade Federal de Goiás.

<http://lattes.cnpq.br/0809314258237860>

<https://orcid.org/0009-0007-2476-7010>

E-mail: serapis_90@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3-17>

RESUMO: O artigo tem como objetivo de analisar a influência que as teorias renascentistas de Estado, representadas por Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes tem nos paradigmas explicativos das Relações Internacionais. Os conceitos de naturalização da guerra enquanto prática regulatória entre os Estados Nacionais e a ideia de uma sociedade internacional anárquica norteia esse trabalho. A análise passa pelo entendimento desses conceitos da teoria conjunta com a prática de Claus Von Clausewitz no século XIX, e no realismo acadêmico do século XX modelo explicativo que inseriu as Relações Internacionais no panorama científico contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra. Anarquia Internacional. Maquiavel. Hobbes. Realismo.

THE INFLUENCE OF THE THEORIES OF MACHIABELLI AND HOBBS IN THE STUDY OF INTERNATIONAL RELATIONS

ABSTRACT: The article aims to analyze the influence of the Renaissance theories of state, represented by Niccolo Machiavelli and Thomas Hobbes has explanatory paradigms in international relations. The concepts of naturalization of war while regulatory practice between national states and the idea of an international society anarchic guides this work. The analysis requires an understanding of these concepts of theory combined with practice of Claus Von Clausewitz in the nineteenth century and the twentieth century academic realism explanatory model that issued the International Relations in contemporary scientific landscape.

KEYWORDS: War. Anarchy International. Machiavelli. Hobbes. Realism.

INTRODUÇÃO

Quando se pensa na gênese da Teoria Política e na teoria das Relações Internacionais, percebemos a existência de uma interação entre ambas. Embora a inserção das teorias das Relações Internacionais no âmbito acadêmico seja relativamente nova, existem uma gama de pensadores clássicos que já nos ofereciam elementos para pensar as relações que se construíam entre os Estados Nacionais.

Estando situados historicamente em um período próximo a própria gênese da sociedade Internacional, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes nos oferecem os primeiros

elementos teóricos para se pensar essas novas relações que se iniciavam no moderno Sistema de Estados. Maquiavel e Hobbes, apresentam impressões de um momento histórico de formação do Estado Nacional, em que suas estruturas ainda não possuem o formato que se encontra na contemporaneidade.

Nicolau Maquiavel, apresenta na sua obra, principalmente em *O Príncipe*, elementos fundamentais de conduta que o soberano deve se pautar para a conquista e manutenção do poder. Seus escritos têm como objetivo oferecer respostas para as mazelas de uma realidade caótica no panorama político da península itálica. Nessa conjuntura se pode verificar uma sucessão de regimes políticos que vilipendiam de governos republicanos, governos absolutistas assim como casas imperiais, que procuravam expandir seus domínios sobre a máxima extensão territorial possível.

Nesse contexto Maquiavel constrói seu modelo teórico de política externa pautado na capacidade que o príncipe tem para conduzir suas forças em direção da guerra e do domínio do outro ou na defesa do território o qual o príncipe possui prerrogativas soberanas. O conflito então é o elemento central de seu modelo para as Relações Internacionais. Assim como elenca a guerra como principal mecanismo que o príncipe possui para a justificação da legitimidade de seu poder, Maquiavel também desvencilha padrões morais cristãos, da ação do príncipe em seu direito de guerra, elemento peculiar em sua obra, em comparação com seus contemporâneos.

O teórico inglês, Thomas Hobbes também viveu um panorama político conturbado, presenciando períodos de instabilidade política. Vivendo parte de sua vida fora de seu país, assolado por uma Guerra Civil, Hobbes concentra seus estudos na construção de um modelo explicativo para a formação do Estado Nacional, elemento que este teórico atribui as prerrogativas necessárias para a superação da condição de guerra civil, assim construindo situação de estabilização da realidade interna nos Estados.

Construindo seu modelo explicativo, Hobbes pauta no conceito de contrato social a gênese do Estado, enquanto condição necessária para a existência de uma sociedade civil organizada. Thomas Hobbes formula uma realidade anterior à sociedade civil, a qual o mesmo denomina como “estado de natureza”, que consiste em uma realidade anárquica, em que os indivíduos se encontram em situação de liberdade total. Em tal situação de liberdade os indivíduos possuem um direito natural e exercer o poder de forma

individual.

Existindo assim possibilidade de exercer o poder sem nenhuma regulação externa, se institui um panorama de potencial conflito, já que o medo de ser atacado pode degenerar uma situação de plena liberdade em uma realidade de guerra generalizada. Segundo Hobbes a superação dessa situação de guerra generalizada se dá pela transferência da liberdade para uma instituição forte, centralizada e indivisível, no qual é denominado como Leviatã. Esse Estado, que não reconhece nenhuma forças superior a si, são os atores que formam a sociedade internacional, juntamente com Estados igualmente soberanos. Desta forma a situação de estado de natureza pode ser transferida para o ambiente internacional.

No século XIX, verifica-se a possibilidade de ressignificação das contribuições teóricas dos pesadores renascentistas m questão para o entendimento das relações internacionais. Carl Von Clausewitz, militar alemão responsável pela *Real Politick* bismarquiana constrói também um modelo de politica internacional ancorado também na centralidade do conflito e da guerra e na situação anárquica da sociedade internacional.

Por fim será analisado a influência que as teorias de Maquiavel e Hobbes tem em teorias contemporâneas das Relações Internacionais .O realismo, modelo explicativo estatocêntrico, que entende que existe um ambiente internacional anárquico nas relações internacionais e que entende que a guerra é o principal mecanismo de regulação política existente entre os Estados.

O entendimento das Relações Internacionais, enquanto ciência humana nos dias atuais, passam pelo entendimento dos clássicos. Maquiavel e Hobbes apresentam, para a sociedade atual, elementos importantes para o entendimento da realidade teórica das relações internacionais. Embora exista hoje uma pluralidade de atores e de teorias explicativas, os clássicos ainda se encontram presentes no âmbito acadêmico das Relações Internacionais, possuindo grande abrangência e aceitação tanto entre os estudiosos quanto entre os agentes condutores das relações internacionais enquanto prática.

NICOLAU MAQUIAVEL E A IMPORTÂNCIA DA CAPACIDADE DE GUERRA NA CONDUTA DOS PRÍNCIPES

Dentro da construção das linhas teóricas recorrentes do início da Idade Moderna, percebe-se que o principal nome que alavancou formulações bastante aceitáveis foi o do estudioso de Florença Nicolau Maquiavel, exímio conhecedor das estruturas administrativas do principado florentino e oriundo de berço clássico no que se refere ao entendimento da política e da sistematização do Estado Absoluto. Esse estudioso exerceu uma atuação ilimitada dentro de sua realidade doméstica, fornecendo as bases para a moderna teoria do Estado. Em sua leitura podemos observar com clareza a função aristocrática da guerra como afirmação legítima do poder Estatal para a consolidação de potências no panorama da recém formada sociedade de Estados.

Entender a guerra como um mecanismo natural de afirmação do Estado Nacional na conjuntura internacional, foi, antes de tudo, reconhecê-la como organismo naturalmente agressivo que tem como prerrogativa básica de atuação o uso da violência legítima. Estas características estão entre os principais requisitos, apresentados pelo pensador florentino, para que um Estado Nacional possa ser reconhecido como possuidor do *status* de soberania, passando pela necessidade da formação de um exército fixo e profissional. Tais procedimentos asseguram-lhe a possibilidade de recorrer à força física de maneira independente. Este fator unifica a ideia de guerra nas mãos de uma única instituição, centralizadora do direito de ação bélica.

A teoria de Maquiavel, no que se refere à importância central da guerra como parte da natureza de atuação do estado nas relações internacionais, indica que o seu trabalho busca compreender o panorama existente no interior do sistema de Cidades- Estado da península itálica para construir uma espécie de manual de conduta para o homem de Estado. Nesse conjunto de diretrizes a serem seguidas pelo chefe de Estado, o controle máximo de todas as esferas da sociedade e da política interna é a primeira prerrogativa para que se possa garantir a sobrevivência e prosperidade da unidade política. Estes pressupostos estão sistematizados nas principais obras de Maquiavel: *O Príncipe* e *Da Arte da Guerra* que procuram colocar o chefe de Estado (o Príncipe), como principal condutor das ações bélicas, agindo segundo uma afirmação mútua personificada nas ações de exercício da soberania. Esse fator que pode ser compreendido nas afirmações dos

estudiosos de teoria de Relações Internacionais de Dougherty e Pfalzgraff:

Tal como Tucídides desenvolveu o entendimento das relações entre os estados do mundo antigo através da sua observação das relações entre Atenase Esparta, Nicolau Maquiavel (1469-1557) analisou as relações entre os estados no interior do sistema italiano do século XVI. Em todos os seus escritos e, particularmente em *O Príncipe*, Maquiavel encontra-se claramente ligado à teoria realista através : a) do destaque que dá à necessidade de o governante adoptar padrões morais diferentes dos do indivíduo comum como objetivo de garantir a sobrevivência do estado; b) com o fenómeno do poder; c) do seu pressuposto que a política é caracterizada pelo conflito dos interesses; d) da sua visão pessimista da natureza humana (DOUGHERTY; PFALZGRAFF, 2003, p. 87).

Isso nos mostra claramente as relações estabelecidas entre os escritos de Maquiavel e as visões que colocam a guerra como algo natural na vida dos Estados. Para ele, a vida política é uma busca incessante pelo poder, por uma separação entre a moral comum e a moral de Estado, e pelo reconhecimento da natureza humana como violenta. Diante disso, Maquiavel transfigura a guerra na própria figura do Príncipe, lançando a ideia de ação pública de guerra, e admite que, no sistema de Estados, as principais relações estabelecidas são conflitivas:

Deve pois um príncipe não ter outro objetivo, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e a sua organização e disciplina, pois que é essa a única arte que compete a quem comanda. E é ela que tanta virtude, que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como também muitas vezes faz os homens de condição privada subirem aquele posto (MAQUIAVEL, 1993, p. 85).

Se a arte fundamental do homem de Estado é conduzir a guerra, a condução racional do conflito, assim como o poder articulatório de um exército em torno da figura real, é antes de tudo, uma maneira de expressar o carácter legítimo de liderança nas conquistas do soberano, por via das armas. Isso faz com que o Estado torne-se veículo de expressão de glória e poder. Estes fatores dão à soberania um maior *status* de solidificação, tanto para a sua realidade interna quanto para a vida externa dos atores internacionais (MAQUIAVEL, 1993).

HOBBS: O ESTADO DE NATUREZA ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DE UMA REALIDADE INTERNACIONAL ANÁRQUICA

Assim como Maquiavel, o estudioso britânico Thomas Hobbes também considerou a guerra uma prática comum das ações dos Estados Nacionais. Hobbes é um

estudioso da realidade política a quem podemos conceituar contratualista, pois afirma que a soberania do Estado Nacional situa-se na transferência de representatividade de poder para o soberano, que parte da própria necessidade dos indivíduos e de sua vida social.

Thomas Hobbes constrói sua estruturação teórica a partir da ideia de que o homem, sem que haja sobre ele uma coerção de forças de poder que extrapolem a capacidade de coerção individual, age em uma situação de extrema barbárie. Esta realidade, que o autor classifica como “estado de natureza” é caracterizada principalmente pela condição anárquica e pela violência da natureza humana, gerando uma situação de potencial guerra constante entre os indivíduos. Esta realidade apenas seria suprimida pela transferência de representatividade do indivíduo para um organismo supremo e onipotente. Assim, através da exclusividade do uso da violência, a realidade seria pacificada.

O medo, dentro da teoria hobbesiana, possui caráter fundamental para a construção da ideia de condicionalidades da guerra que é por ele apresentada. Estando os indivíduos em uma situação de liberdade natural e não havendo nenhuma força capaz de suprimir esse direito natural de poder subjugar os demais, as capacidades individuais e as aspirações egoístas que disciplinam as relações humanas. Sendo que há a capacidade de se exercer o poder de forma individualizada, o medo de ser atacado gera uma situação potencial de conflito, em que se prefere atacar preventivamente para que se evite um futuro julgo (RIBEIRO, 2000)

Na obra de Hobbes percebe-se esses elementos nas seguintes passagens de *O Leviatã*:

Assim, existem na natureza humana três principais causas da discórdia: Competência, Desconfiança e Glória. A competência impulsiona os homens os homens a atacarem-se para lograr algum benefício; a Desconfiança garante-lhes a segurança e a Glória a reputação. A primeira utiliza a violência para apossar-se de mulheres crianças e gado; a segunda para defender esses bens, e a terceira, faz com que se recorra à força por motivos insignificantes, como um sorriso de escárnio, uma opinião diferente da sua, ou qualquer outro sinal de subestima, direta ou indiretamente, de forma a macular sua decência, seus amigos, sua nação, sua profissão ou nome de família (HOBBS, 2008, p. 95).

Da mesma maneira que Hobbes via as realidades domésticas dos Estados Nacionais sem uma força central agindo com o intuito de reprimir os ímpetos violentos

do ser humano (estado de natureza), também observava a realidade internacional como caótica. Thomas Hobbes por reconhecer que cada Estado tem o *status* básico de soberania, não reconhece nenhum tipo de estrutura coercitiva que esteja acima do *Leviatã*. Dessa maneira, constrói uma visão da sociedade internacional como anárquica, extremamente conflituosa e competitiva, em que as potencialidade de guerra são elencadas como regra desta realidade (DOUGHERTY; PFALZGRAFF, 2003).

Questão essa que é ratificada por essa passagem da principal obra do estudioso supracitado:

Então, quando não existe um poder comum, capaz de manter os homens em respeito, temos a condição do que se denomina Guerra; uma Guerra de todos homens contra todos. Assim, a Guerra não é apenas a Batalha ou o ato de lutar, mas o período de tempo que existe a vontade de guerrear (...) a natureza da Guerra não consiste na luta real, mas na disposição para ela e durante todo tempo não se tem segurança do contrario. O tempo restante é de paz (HOBBS, 2008, p. 96).

Uma realidade anárquica, para Thomas Hobbes é, acima de tudo, caracterizada pelas relações bélicas constantes, já que a busca incessante pela obtenção do poder e dominação torna-se o objetivo primordial das unidades políticas. No caso da sociedade internacional, Hobbes admite que o estado de conflitos constante é uma realidade quase irremediável para a vida política na sociedade de Estados. Desta forma, a guerra é uma ferramenta natural, como forma de resolução das controvérsias entre organismos de igual soberania, tornando-se peça chave das bases da teoria realista de Relações Internacionais.

Como os outros realistas da era moderna, Hobbes deu atenção às forças que determinam a política e a natureza do poder nos relacionamentos políticos. Embora acreditasse na necessidade de um soberano forte para a manutenção da ordem no interior de um sistema político, Hobbes encontrava poucas possibilidades para a alteração fundamental do comportamento humano ou do caráter anárquico do panorama internacional (DOUGHERTY; PFALZGRAFF, 2003, p. 87).

Thomas Hobbes então constrói um modelo centrado na figura do Estado para entender a realidade da sociedade internacional. Esse modelo, caracterizado pela agressividade e pela anarquia admite a impossibilidade de estabelecimento de um poder supranacional, agindo como uma *Leviatã* global. Admitindo a imutabilidade da natureza humana, o modelo hobbesiano transfere os elementos anárquicos e conflituos do “estado de natureza “ para a realidade internacional. Tal fator o coloca como um marco de definição dentro da formulação do arcabouço paradigmático das

Relações Internacionais (SARFATI, 2002).

CLAUSEWITZ E A CENTRALIDADE DA GUERRA COMO PROLONGAMENTO DA AÇÃO POLÍTICA NOPANORAMA DO SÉCULO XIX

Ao observarmos de forma sistemática o conjunto de formulações que possui o desenvolvimento das teorias de inspiração da ideia renascentista de Relações Internacionais, notamos que durante a conjuntura do século XIX na Alemanha, Carl Von Clausewitz, realizou estudos que ratificam a guerra como o epicentro da ação externa dos Estados Nacionais. Este pensador é considerado, portanto, um marco no entendimento da guerra, prática sistemática dos Estados Nacionais, não somente em seus aspectos técnicos, como também nos ideológicos. Isso coloca a recorrência da ação bélica, representada pelo exercício, como primordial na atuação política internacional.

Avaliando as bases teóricas de Clausewitz, pode-se reconhecer na obra *Da Guerra* a máxima sistematização do bem agir em campo de combate. Assim como Maquiavel em *O Príncipe* estabelece ao governante parâmetros para a construção e manutenção do poder soberano e a glorificação do Estado, Clausewitz sistematiza em *Da Guerra* a forma de se conduzir prudente e racionalmente um exército, utilizando-se tanto estratégias quanto da maximização do poder bélico dos exércitos, com o intuito de alcançar o fim primordial da guerra, a aniquilação do inimigo.

A facilidade que Von Clausewitz possui em analisar e refletir sobre os elementos constitutivos da guerra em sua totalidade, origina-se primordialmente da sua forte ligação com os aspectos militares de seu povo. Sua vida como comandante supremo dos exércitos prussianos transformou seu nome em peça central do entendimento da teoria da guerra. Seus escritos partem da experiência empírica e do conhecimento militar de sua época. A relevância da obra de Clausewitz para a naturalização da guerra nas Relações Internacionais é colocada da seguinte maneira por Demétrio Magnoli.

Carl von Clausewitz (1780-1831) soldou seu nome à teoria da guerra de um modo tão indissolúvel que aparecem quase como sinônimos. Clausewitz ingressou no serviço militar aos 12 anos, serviu o exército prussiano nas campanhas de 1793 e 1794, e já como oficial participou das Guerras Napoleônicas. Em 1818, tornou-se diretor da Escola de Guerra da Prússia. O célebre *Da Guerra*, publicado no ano seguinte à sua morte é uma reflexão situada na transição de um sistema

de Estados que desaparecia e outro que surgia (MAGNOLI, 2006, p. 12).

Por ser um grande conhecedor da vida militar e devido à sua participação em eventos que marcaram de forma profunda as transformações da política internacional européia, a obra deste pensador marca, acima de tudo, a reflexão sobre uma retomada de estratégias militares pouco recorrentes em tempos anteriores. Estrategicamente, Clausewitz valoriza o combate direto entre as tropas militares e não mais o simples conjunto de movimentações de infantaria que havia se tornado comum na Europa da época (MAGNOLI, 2006).

De maneira geral, Clausewitz pensa a guerra em sua totalidade, vendo a mesma como um fenômeno não puramente militar, mais também político, econômico e cultural. Tal enfoque faz com que a guerra seja vista não apenas como um fenômeno de explosão cega de violência, mas como um processo racionalmente determinado pela ação equilibrada dos chefes militares (MAGNOLI, 2006).

Pode-se reconhecer neste conjunto teórico, aspectos nos quais existe a influência do pensamento lógico e cartesiano na análise dos fenômenos que explicam a eclosão e o desenvolvimento de um conflito armado. Isso ocorre pela própria temporalidade do pensamento de Clausewitz cuja ilustração ainda encontrava-se fortemente calcada no ideário europeu.

A obra de Clausewitz, um monumento de uma época na qual se consagrava a crença iluminista na civilização, na ciência e na filosofia, desenhou os paradigmas usados pelos estadistas e pelos chefes militares para pensar a guerra. Ela se tornou uma referência perene e jamais foi verdadeiramente contestada no seu próprio terreno (MAGNOLI, 2006, p. 13).

Clausewitz considera, em sua obra, que as ações políticas e o uso da violência estão estreitamente ligados. As relações estabelecidas entre o conjunto de Estados são altamente conflitivas e têm na busca do poder e na sujeição dos adversários seu principal objetivo. Dessa forma, a maximização do poder passa pelo enfraquecimento do lado antagônico. A guerra, no meio internacional, tem papel fundamental, pois seu objetivo final é fazer com que o adversário dobre-se aos interesses nacionais, despojando-o de toda e qualquer força ofensiva ou defensiva, o que garante à ação política um grande êxito (CLAUSEWITZ, s/d).

A guerra para esse autor, também não pode ser definida como um fato isolado de outros fenômenos das Relações Internacionais, pois envolve aspectos bastante amplos na condução da vida política dos Estados. A ação belicosa não nasce por si só, mas surge de entreveros que, vão desde as questões objetivas e concretas da vida humana até questões subjetivas, formadoras de opiniões dos dois lados conflitantes. Isso fomenta a animosidade entre as partes envolvidas na guerra, o que é reflexo da incompleta perfeição humana (CLAUSEWITZ, s/d). Ademais, a guerra, para esse pensador é colocada de maneira processual e com múltiplas estruturas e intenções. Isso relativiza os objetivos finais da guerra que sempre têm como complemento de resolução a ação da política institucional do Estado, através da prontidão e de sua capacidade de mobilização, no que se refere ao potencial de forças de guerra, a fim de aumentar a possibilidade de geração de novas controvérsias entre os atores.

De acordo com a teoria de Clausewitz, as ligações entre a política e a guerra explicam-se pelas relações que um Estado estabelece consigo e com outros, principalmente, no reconhecimento da continuidade da ação política pela forma da violência. A violência então pertence à política, pois a mesma torna-se uma forma de “convencimento”. Uma vez estabelecido um conflito de interesses, as relações de força e a sujeição às vontades individuais dos Estados acabam por ser, fundamentalmente, o que eles adotam como lei:

Sabemos, com certeza, que a guerra é determinada pelas relações políticas dos guerreiros e das nações; mas, regra geral, supõe-se que tais relações são interrompidas pela guerra e que então se segue um estado de coisas completamente diferente, sujeito a nenhuma lei que não as suas (CLAUSEWITZ, s/d, p. 300).

Dessa forma, pode-se considerar que, para Clausewitz, na sociedade internacional, as questões ligadas à busca pelo poder são, de fato, o motor que conduz a ação pública do Estado. Uma visão estatocêntrica é, portanto, o que podemos abstrair dos escritos de Clausewitz. Este modelo de conhecimento, tipicamente realista, tem como principal fim sustentar a ideia de que as ações bélicas constantemente travadas entre os Estados não seguem nenhum padrão legal que possa limitar os interesses da soberania. O caráter da guerra é, então, político e não legal.

Ainda acerca do caráter da guerra e de suas ligações com a política, pode-se afirmar que a força se define como uma política que um certo Estado pode empregar no

sistema internacional, sendo ela diretamente proporcional à sua capacidade de fazer guerra. A guerra, então, marca também as representações simbólicas entre os Estados, estabelecendo uma espécie de diretriz que pode ser considerada como a capacidade que os atores internacionais assumem perante outros, o que é colocado por tal pensador da seguinte maneira:

Se a guerra pertence à política, é nela que, naturalmente, irá buscar o seu caráter. Se a política é grandiosa e poderosa, também a guerra o será, e isto pode ser levado até o ponto em que a guerra atinge a sua forma de guerra absoluta (CLAUSEWITZ, S/D, p. 301).

A construção do ideário que Clausewitz constrói para a guerra não é importante somente para que ela seja entendida como um fenômeno de sua época. Suas contribuições teóricas chegam a influenciar as ideias realistas que se constituíram na conjuntura do século XX. A teoria realista das Relações Internacionais, admite que Clausewitz constrói a ideia de guerra nas formulações referentes à vida da sociedade internacional. Sua obra serve de inspiração para grande parte das teorias que levam as Relações Internacionais a serem, de fato, reconhecidas como disciplina acadêmica na comunidade científica do Ocidente. A Teoria Realista do século XX, portanto, pode ser considerada uma extensão das ideias de guerras lançadas por Clausewitz durante o início do século XIX.

O REALISMO ACADÊMICO DO SÉCULO XX E O ENTENDIMENTO CONFLITUOSO E ANÁRQUICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As correntes de pensamento do século XX, que adotaram o realismo como linha teórica, garantiram às Relações Internacionais um caráter positivo e um *status* de ciência academicamente reconhecida. As aspirações que permeavam estas linhas explicativas buscavam, pois, responder aos problemas colocados pelo desenrolar dos acontecimentos nas últimas décadas da era oitocentista e da primeira metade do século XX. Neste período, tensões no panorama europeu e, até, mundial, geraram, no contexto da política global, eclosões bélicas em larga escala. Nesse momento, era perfeitamente detectável um conjunto de elementos, através dos quais vemos, no Estado, sua raiz violenta e belicosa, uma vez os conflitos aliados a uma aceleração tecnológica espantosa envolviam um número de atores internacionais nunca antes observados anteriormente.

Assim, um grupo de intelectuais passa a observar o meio internacional a partir da

ideia da anarquia e do caos internacional. Epistemologicamente falando, o Realismo encontra-se próximo às aspirações positivistas de reflexão da realidade tal como ela é. O Realismo observa a sociedade internacional a partir de uma ideia evolutiva, considerando, por isso, a superposição de sistemas que variam de políticas hegemônicas imperiais até períodos de equilíbrio baseados no princípio de equivalência de forças (SARFATI, 2002).

O modelo realista observa o meio internacional sob uma perspectiva estatocêntrica. Isto é, para esta corrente teórica, o Estado é visto como o único ator a ser considerado na observação científica e no estudo das Relações Internacionais, uma vez que dele emanam todas as complexas relações de poder inseridas no meio internacional. O Estado, como ator absoluto das Relações Internacionais, tem, pois, as suas prerrogativas soberanas inabaláveis, não se submetendo, por isso, a nenhum tipo de sistematização legal ou mesmo a nenhum organismo supranacional posicionado no centro de poder na política internacional.

O meio internacional, para os teóricos realistas, segue uma lógica competitiva. A anarquia, que há no epicentro da sociedade internacional, é reflexo da natureza do Estado na sua busca incessante pelo poder. Tal fato gera os elementos corroboradores para que osatores internacionais sigam o caminho da defesa e visem a obtenção de seus interesses individuais de forma cada vez mais sistemática. Assim, a situação de guerra torna-se, no contexto das Relações Internacionais, uma realidade comum para a conjuntura internacional. Ou seja, a guerra é a forma natural que o Estado tem para adquirir e reafirmar seu poder (DOUGHERTY; PFALZGRAFF, 2003).

Nesta linha explicativa das Relações Internacionais, percebemos a aderência de intelectuais das mais distintas formações nas ciências sociais. Entre os grandes nomes dessa teoria realista estão Eduard Carr, Hans Morgentau e Raymond Aron. Estes teóricos procuraram estabelecer, para a teoria das Relações Internacionais, um parâmetro de cientificidade considerado absoluto e totalmente verossímil. Além disso, buscaram analisar os aspectos mais fundamentais da vida anárquica da sociedade internacional (SARFATI, 2003).

Dentre estes grandes teóricos do realismo, Raymond Aron é um dos que mais contribuiu na observação do papel da guerra e nos motivos que levaram a sociedade

internacional a um estado de constante guerra e competição entre os estados nacionais. Raymond Aron ao desenvolver suas teorias acerca da guerra baseia-se nas de outro teórico: Clausewitz. Em sua obra *Pensar a Guerra*, Raymond Aron analisa a realidade do século XX, fazendo alusões ao pensamento do pensador prussiano quando considera a guerra como epicentro da ação política internacional, principalmente, entre as potências que se apresentavam como grandes polos de poder no período no qual a obra foi escrita.

A concepção de política internacional, nesta obra de Aron, ratifica as ideias de que a ferramenta política de maior recorrência em uma realidade competitiva é, de fato, a guerra. A disciplina que esta impõe à sociedade de estados pode ser observada no seguinte excerto:

As guerras da Revolução e do Império aparecem hoje, para nós, como uma repetição geral das duas guerras do século XX. A violência abalou as barreiras da tradição, e a obra de Clausewitz nasceu daí. Ninguém atribuirá a um livro a responsabilidade da catástrofe: não fora Clausewitz que colocara os povos – quase unanimemente – uns contra os outros no mês de agosto de 1914; não fora ele que colocara no poder supremo, em uma Alemanha assolada pelo desemprego, um demagogo em que se misturavam ódios uma vontade dirigida a uma meta ilimitada, a insensibilidade ao sofrimento humano e uma parcela de genialidade (ARON, 1986, p. 16).

Com tais colocações, Aron (1986) reforça a ideia de naturalização histórica da guerra no contexto da evolução humana. Para o autor, a guerra nasce das estruturas conflituosas da sociedade de Estados e, naturalmente, institui-se como prática sistemática dos fenômenos internacionais. Ademais, essas estruturas conflituosas são moldadas pela realidade anárquica do meio internacional, caracterizando a luta incessante dos Estados por sua busca de interesses.

Além da obra citada anteriormente, Aron também procura, fundamentando-se em outros clássicos, observar a guerra e a competitividade como elementos constitutivos e inelutáveis das entranhas da sociedade humana. Na obra *Paz e guerra entre as nações*, de extrema relevância, Raymond Aron traça uma série de reflexões com o intuito de analisar os motivos e a sistemática que expliquem a realidade, bem como as transposições de guerra e de paz na história das sociedades. Em *Paz e Guerra entre as Nações*, Aron elencou elementos sustentadores da ideia de que a paz é apenas aparente e temporária na evolução da sociedade internacional. Assim, apenas a guerra passa a ser uma constante, pois é vista como regra nas interações ocorridas no meio internacional.

Os argumentos que legitimam essas ideias sustentam-se na naturalização da guerra na sociedade dos Estados, abordando desde uma análise sobre as questões individuais do ser humano, mesmo as biológicas e psicológicas, até a reflexão sobre a competitividade e a violência como fenômenos naturais da vida social. Vemos ser transferida, assim, a natureza agressiva do homem para a sociedade, já que o uso da força reforça o mecanismo mais recorrido na vida internacional.

O amor próprio (como o desejo de posse) transforma irmãos em inimigos e sócios em rivais. Todas as sociedades propiciam numerosas oportunidades e motivos abundantes (triviais e grandiosos) para essa competição. Quem ocupa o primeiro lugar é agressivo com relação a quem é rejeitado para o segundo lugar, pois esse último, por definição, ambiciona uma posição melhor. Todo bem que não pode ser compartilhado – a potência ou a glória – é um objeto de inevitáveis disputas. Quando o objeto de um conflito é um bem que se pode compartilhar, é possível a conciliação, mas resta sempre a tentação de aplicar a violência. Por que devo transigir, se posso obter tudo o que desejo através da força? (ARON, 2002, p. 441).

O reconhecimento da natureza humana e, conseqüentemente, a natureza da ação política como agressivas, permite-nos compreender a ação do Estado, no meio internacional, baseada na recorrência constante ao uso bélico:

A dificuldade em manter a paz está mais relacionada à humanidade do homem do que à sua animalidade. O rato que levou uma surra sujeita-se ao mais forte, é a resultante hierarquia de domínio estável; o lobo que se rende, oferecendo a garganta ao adversário é poupado. O homem é o único capaz de proferir a revolta à humilhação e a verdade à vida. Por isso a hierarquia dos senhores e dos escravos nunca poderá ser estável. No futuro os senhores não precisarão mais dos escravos e terão o poder de exterminá-los (ARON, 2002, p. 466).

A competitividade é inerente à vida estatal, é respaldada pelo próprio espírito que dá ao ser humano o *status* de sua racionalidade. As colocações de Aron tecem uma crítica à visão idealista que diz que guerra está ligada aos instintos primitivos do homem e que, por vincular-se ao entendimento racional da humanidade, cria instituições, como o Estado. Tais ideias afirmam, ainda, que tudo isso pacificaria a sociedade, pois geraria uma sistemática universal de estabilidade. Aron, em sua postura realista, contra-argumenta afirmando que a busca pelos interesses e a necessidade de sempre se afirmar como um ente forte dentro das Relações Internacionais, transforma o Estado em um organismo agressivo e competitivo por essência e que sua racionalidade liga-se a conceitos como *Razão de Estado*, ou *Real Politik*, por exemplo. (SARFATI, 2003).

Podemos dizer que o realismo acadêmico de meados do século XX, ainda, configurou-se sendo influenciado por outras correntes que procuraram estabelecer o Estado como ator absoluto das Relações Internacionais. A influência do Realismo no Neo-Realismo acontece quando se analisa o núcleo teórico do Neo-realismo, pois nele encontramos explicações originárias no modelo de explicação de mundo que o Realismo construiu.

A teoria Neo-Realista tem como epicentro teórico a redefinição da ideia central do Realismo, uma vez que tal redefinição se dá por meio de releituras estruturalistas.

Pode-se dizer que o grande nome da teoria neo-realista é Kenneth Waltz, já que este teórico adota elementos fundamentais da teoria realista organizados em um modelo estrutural. Waltz considera, ainda, certos níveis de análise com a intenção de constituir resultados conclusivos com relação à natureza central das relações internacionais e dos fenômenos decorrentes dela.

Em sua principal obra, *O Homem, o Estado e a Guerra*, Waltz tece uma série de reflexões que têm como finalidade principal entender os mecanismos que transformam o meio internacional em um ambiente hostil e anárquico. Nesse ponto, o autor ratifica a ideia que as causas das incontáveis ações bélicas estão na natureza do homem, na organização doméstica dos Estados e na configuração da sociedade internacional. Construindo estes níveis de análise, Waltz trabalha os elementos definidores dos fenômenos internos e externos com o fim de explicar a ideia de guerra como algo natural para as Relações Internacionais (DOUGHERTY; PFALZGRAFF, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão de renascentista das relações internacionais possui os conceitos de guerra e anarquia como conceitos centrais da sua análise para a ação dos Estados, quando colocados em contato com os demais pares soberanos dentro do ambiente internacional. Essas teorias tecidas por Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, estando estes fortemente influenciados pela conjuntura e conflito extremo que seus Estados se encontravam.

Mesmo representando uma visão das relações internacionais ancoradas nos pressupostos renascentistas de Estado Nacional, percebemos, dentro do que fora apresentado, que tais teorias foram resignificadas através dos séculos. Desde o

pensamento aplicado à prática de Clausewitz no século XIX, quanto na inserção das Relações Internacionais no âmbito acadêmico ocorrido no século XX.

No atual acumulado teórico das Relações Internacionais percebemos uma pluralidade de modelos paradigmáticos, assim como há o entendimento da representatividade dos inúmeros atores internacionais no contemporâneo ambiente internacional. Maquiavel e Hobbes, entretanto, ainda representam fonte de grande importância para que se possa compreender questões que são centrais nas principais agendas de política internacional, que é a genealogia do conflito nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. **Pensar a Guerra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. São Paulo: Publicações Europa-América, s/d.
- DOUGHERTY, J. E., PFALTZGRAFF JR., Robert L., **Relações Internacionais: as teorias em confronto**, Gradiva, Lisboa, 2003.
- HOBBS, T. **Leviatã ou a matéria, forma poder de um EstadoEclesiástico e Civil**. Tradução: Rosina D'Angina. São Paulo. Ícone Editora, 2008.
- MAGNOLI, D. **No Espelho da Guerra**. In: *História das Guerras*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução: Roberto Grassi. Rio de Janeiro .Editora Bertrand Brasil, 1993.
- RIBEIRO, R. J. **Hobbes: o medo e a esperança**. in. *Clássicos da Política* vol. 1. São Paulo. Editora Ática, 2000.
- SARFATI, G. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo, Editora Saraiva 2002.

Data de submissão: 20/07/2023. Data de aceite: 23/07/2023. Data de publicação: 28/07/2023.